DECISÃO SINGULAR	**:DSG-G.MJMS-3284/2015**
PROCESSO TC/MS	**:**TC/19076/2013
PROTOCOLO	**:**1463327
ÓRGÃO	**:**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
RESPONSÁVEL	**:**RICARDO TREFZGER BALLOCK
CARGO DO RESPONSÁVEL	**:**SECRETÁRIO MUNICIPAL
ASSUNTO DO PROCESSO	**:**CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
RELATORA	**:**CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO
BENEFICIÁRIA	**:**LUCIMAR VIEIRA DA COSTA

ATO DE PESSOAL – APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA – CUMPRIMENTO DAS NORMAS REGIMENTAIS E LEGAIS – REGISTRO.

Trata o presente processo da concessão de APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA por tempo de contribuição da servidora **Sra. Lucimar Vieira da Costa**, ocupante do cargo de Monitor de Alunos, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A equipe técnica da Inspetoria de Controle de Atos de Pessoal – ICAP apreciou a documentação apresentada e, através da Análise Conclusiva ANA-7ICE-1678/2014, opinou:

> *"Face ao exposto, esta Inspetoria conclui a instrução processual pelo **Registro** da presente Aposentadoria."* (grifo nosso)

Da mesma forma foi o entendimento exarado pelo Ministério Público de Contas que, emitiu o Parecer PAR-MPC – GAB.7 DR.JAC–5079/2015 onde concluiu:

> *"Corroborando com o entendimento da análise técnica, opinamos **favoravelmente ao registro**."* (grifo nosso)

Após todo o processado, vieram os autos a esta Relatoria.

É o Relatório.

Observa-se com o exame dos autos que a presente APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA por tempo de contribuição encontra-se formalizada em conformidade com os ditames legais, uma vez que foram apresentados os documentos pertinentes.

Diante do que se apresentou, acolho o posicionamento da Equipe Técnica e do Ministério Público de Contas e **DECIDO:**

1- Pelo Registro da concessão de APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA por tempo de contribuição da servidora Sra. **Lucimar Vieira da Costa**, o que faço com base no artigo 34, inciso II da Lei Complementar nº 160/2012, c/c o artigo 10, inciso I - do Regimento Interno desta Corte de Contas;

2- Pela comunicação do resultado desta Decisão aos responsáveis, com base no artigo 50 da Lei Complementar nº 160/2012;

3- Determinar a remessa dos autos ao Cartório para providências regimentais.

É a DECISÃO.

Campo Grande, 12 de maio de 2015.

Conselheira Marisa Serrano

R E L A T O R A

fer